

**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2020
CONVÊNIO PRONON 2018 - SIPAR Nº 25000.043593/2018-67**

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA O INSTITUTO DE PESQUISA PELÉ PEQUENO PRINCIPE

1 – PREÂMBULO

1.1. A **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE**, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 76.591.569/0001-30, localizada na Rua Desembargador Motta, 1070 – Água Verde – Curitiba/PR, por intermédio de seu Setor de Licitações, torna público o presente processo de **INEXIGIBILIDADE**, de acordo com o art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e regido pela mesma, diante das condições e do fundamento legal expressos no presente Edital.

1.2. O presente Edital de Inexigibilidade nº 006/2020, rege-se pelo disposto no art. 25, inciso I da Lei federal 8.666/ 1993 e legislação correlata, bem como pelas especificações, cláusulas e condições deste Edital e seus Anexos.

1.3. O pagamento das despesas será realizado com recursos financeiros oriundos do CONVÊNIO PRONON 2018 - SIPAR Nº 25000.043593/2018-67 , firmado entre o Ministério da Saúde e a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro.

2 – DO OBJETO

2.1. O presente processo de Inexigibilidade tem por objeto a **INSUMOS**, cujo descritivo técnico encontra-se detalhado no **ANEXO I** deste Edital.

3 – DO PARECER JURÍDICO

3.1. Com base no parecer jurídico anexo ao processo, a presente inexigibilidade tem como fundamento o art. 25, inciso I da Lei 8.666/93, pois trata de fornecedor exclusivo, conforme carta de exclusividade datada de 27 de março de 2020 e válida até 27 de março de 2022, apresentada pela CAMARA BRASILEIRA DE DIAGNOSTICO LABORATORIAL, onde fica declarado que a empresa AGILENT TECHNOLOGIES BRASIL INC, é distribuidora exclusiva autorizada no Brasil da empresa.

4 – DA HABILITAÇÃO

4.1. Após análise dos documentos que compõem este processo pela Equipe Técnica responsável, observa-se que a empresa AGILENT TECHNOLOGIES BRASIL INC, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.290.250/0001-00, detém as condições necessárias para o fornecimento do item descrito no ANEXO I.

4.2. Foram analisados os documentos abaixo da empresa AGILENT TECHNOLOGIES BRASIL INC, os quais estão em conformidade com as exigências deste Edital, os documentos apresentados foram:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como suas alterações, devidamente registrado.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- c) Certidão Negativa de Débitos Federais e da Dívida Ativa da União.
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o FGTS.



**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2020
CONVÊNIO PRONON 2018 - SIPAR Nº 25000.043593/2018-67**

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei Federal nº 12.440/2011.

g) Carta de Exclusividade.

h) Declaração de ausência de relação de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro – Hospital Pequeno Príncipe, nos cargos de direção, gerência, chefia.

5 – FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A formalização da contratação será realizada através de emissão de Contrato de Aquisição de Equipamento e emissão de Ordem de Compra, respeitando os descritivos, valores e prazos constantes nestes documentos.

6 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O valor global da proposta comercial é de **R\$ 5.273,17 (cinco mil, duzentos e setenta e três reais e dezessete centavos)** conforme autorização do Setor de Projetos, indicando que atende ao recurso financeiro disponibilizado pelo Termo de Fomento.

6.2. O pagamento do valor contratado será efetuado em até **15 (quinze) dias úteis após a entrega e/ou instalação do objeto**, condicionado à apresentação e aprovação da respectiva fatura/nota fiscal e ao cumprimento integral de todas as obrigações.

6.3. O pagamento será realizado via depósito bancário, devendo constar na nota fiscal:

- a) **Banco e código do banco**
- b) **Agência**
- c) **Conta Corrente**
- d) **Número do CONVÊNIO PRONON 2018 - SIPAR Nº 25000.043593/2018-67;**
- e) **Número da Inexigibilidade nº 006/2020.**

6.4. O **CNPJ/MF** constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

6.5. Nenhum pagamento **será efetuado enquanto pendente liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta pelo órgão contratante**, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

6.6. Constatando-se irregularidades na documentação apresentada pela Contratada, a Contratante devolverá a nota fiscal para as devidas correções.

6.7. Ocorrendo à devolução da nota fiscal, considerar-se-á como não apresentada para efeitos de pagamento e atendimento às condições contratuais.

7 – DA ENTREGA

7.1. A CONTRATADA terá o prazo máximo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da retirada da Ordem de Compra (ou documento equivalente), para a entrega do objeto desta Inexigibilidade,



**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2020
CONVÊNIO PRONON 2018 - SIPAR Nº 25000.043593/2018-67**

totalmente às suas custas, no endereço indicado pela Contratante à época do chamamento para realizar o fornecimento.

7.2. O item descrito no ANEXO I deste Edital, deverá ser entregue na **Avenida Silva Jardim, 1632, Água Verde, Curitiba/PR**, em dia e horário previamente convencionado com a CONTRATANTE.

7.3. Os custos referentes às despesas com transporte até o local de entrega, instalação e treinamento serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

8 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

8.1. Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses especificadas nos artigos 77 e 78, da Lei nº. 8.666/93.

8.2. Fica estabelecido o reconhecimento dos direitos da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº. 8.666/93.

8.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE poderá aplicar à contratada as sanções previstas no art. 87, da Lei nº. 8.666/93 e multa correspondente a 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

9 – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE reserva-se no direito de revogar, anular ou transferir o presente processo de compra, em caso de interesse público.

9.2. A empresa se responsabiliza por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar à ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO – HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.

9.3. A CONTRATADA obriga-se a demonstrar, a qualquer tempo, o cumprimento das Leis e Regulamentos específicos, aplicáveis à comercialização do objeto desta Inexigibilidade.

9.4. A CONTRATADA não poderá transferir os direitos e obrigações decorrentes deste contrato a terceiros.

10 – FORO

10.1. Para todos os efeitos legais, as partes elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir dúvidas oriundas da aplicação deste Edital e seus Anexos.

11 – DOS ANEXOS

11.1. Integram este Edital os seguintes documentos anexos:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART.7º, XXXIII DA CF





SELIC – HPP

Folhas: _____

Responsável: SM

Visto:

**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2020
CONVÊNIO PRONON 2018 - SIPAR Nº 25000.043593/2018-67**

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE PARENTESCO

ANEXO VI – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI

ANEXO VII – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS

Curitiba, 5 de novembro de 2020.

**Sandy Milck
Assistente de Licitações**



**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2020
CONVÊNIO PRONON 2018 - SIPAR Nº 25000.043593/2018-67**

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Item	Equipamento	Descrição	Un.	Qtd.
1	PADRÃO DE PESO MOLECULAR DE DNA PARA EQUIPAMENTOS TAPESTATION	-Padrão de peso molecular de DNA, para análise de fragmentos entre 35 e 1000 pares de bases em corridas de tipo "alta sensibilidade" em equipamentos TapeStation 4200 (Agilent). O produto deverá ter validade mínima de 06 meses após a data de recebimento.	Un.	10 corridas (01 KIT)
2	PADRÃO DE PESO MOLECULAR DE RNA PARA EQUIPAMENTOS TAPESTATION	-Padrão de peso molecular de RNA, para corridas de tipo "alta sensibilidade" em Equipamentos TapeStation 4200 (Agilent). O produto deverá ter validade mínima de 06 meses após a data de recebimento.	Un.	20 corridas (02 KITS)
3	REAGENTES PARA CORRIDA DE DNA EM EQUIPAMENTOS TAPESTATION	-Reagentes para carregamento de amostras de DNA em equipamentos TapeStation 4200 (Agilent), para análise de DNA de 35 a 1000 pares de bases, incluindo padrão de peso molecular e tampão de carregamento. O produto deverá ter validade mínima de 06 meses após a data de recebimento.	Un.	112 corridas (01 KIT)
4	REAGENTES PARA CORRIDA DE RNA EM EQUIPAMENTOS TAPESTATION	-Reagentes para carregamento de amostras de RNA em equipamentos TapeStation 4200 (Agilent), para análise e qualificação de RNA no intervalo 50 a 10000 picogramas por microlitro. O produto deverá ter validade mínima de 06 meses após a data de recebimento.	Un.	112 corridas (01 KIT)
5	TIRAS PARA CORRIDA DE DNA EM EQUIPAMENTOS TAPESTATION	- Tiras de corrida para a leitura de DNA entre 35 e 1000 pares de bases, com alta sensibilidade (intervalo quantitativo 10-1000 picogramas por litro), com 16 poços por tira, para equipamento TapeStation 4200 (Agilent). O produto deverá ter validade mínima de 06 meses após a data de recebimento.	Un.	07 TIRAS (01 KIT)
6	TIRAS PARA CORRIDA DE RNA EM EQUIPAMENTOS TAPESTATION	- Tiras de corrida para a leitura de RNA com alta sensibilidade (100 picogramas por microlitro e superior), com 16 poços por tira, para equipamento TapeStation 4200 (Agilent). O produto deverá ter validade mínima de 06 meses após a data de recebimento.	Un.	07 TIRAS (01 KIT)





SELIC – HPP

Folhas: _____

Responsável: SM

Visto:

**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2020
CONVÊNIO PRONON 2018 - SIPAR Nº 25000.043593/2018-67**

A verificação das condições do objeto ficará a cargo do colaborador designado pela Associação

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

A CONTRATADA deverá efetuar a entrega do item em dia e horário previamente agendado e no seguinte endereço:
AVENIDA SILVA JARDIM, 1632 – INSTITUTO DE PESQUISA PELÉ PEQUENO PRINCIPE – BAIRRO AGUA VERDE, CURITIBA – PR

OBSERVAÇÕES:

- O fornecedor fica ciente de que, se as análises não seguirem ao padrão de qualidade proposto pela Associação, estas deverão ser repetidas pelo fornecedor, sem custos à Instituição;
- Atentar-se ao campo de Observações em cada descritivo técnico.



EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2020
CONVÊNIO PRONON 2018 - SIPAR Nº 25000.043593/2018-67
ANEXO II – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO IPI



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

CERTIDÃO



CERTIFICO, a requerimento da parte interessada, que nesta Secretaria da Sétima Vara Federal, Circunscrição Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Estado do Paraná, revendo os autos de **AÇÃO ORDINÁRIA nº 2001.70.00.009675-7**, autuados em 05.04.2001 em que figura como autor **Associação Hospitalar de Proteção a Infância Doutor Raul Carneiro — Hospital Pequeno Príncipe** e como ré a **União Federal** tendo por objeto o pedido de antecipação da tutela e posterior confirmação em sentença no sentido de que seja declarada a inexistência de relação jurídico-tributária que a obrigue ao pagamento do Imposto sobre Importação — IPI e Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, incidentes sobre as aquisições de bens por ela efetuadas no mercado interno ou externo, destinados à composição de seu ativo fixo ou imobilizado. Certifico, que foi proferida r. sentença julgando procedente o pedido, oportunidade em que a antecipação da tutela foi analisada e deferida. Inconformada, a União apelou sendo que a Segunda Turma do TRF da 4ª Região, por unanimidade, negou provimento à apelação e à remessa oficial. Certifico ainda que o v. acórdão transitou em julgado em 02.04.2002. Certifico, finalmente, que os autos encontram-se em Secretaria aguardando conclusão para despacho. **O REFERIDO É VERDADE E DOU FÊ.** Dada e passada nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dois. Eu, Anderson Alves de Lana, Supervisor de Processamento, a digitei, e eu, Leandro José da Silva, Diretor de Secretaria, a conferi e subscrevi.



**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 006/2020
CONVÊNIO PRONON 2018 - SIPAR Nº 25000.043593/2018-67**



**ANEXO III – CERTIDÃO DE ISENÇÃO DO ICMS DO HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO
CENTRAL DE CURITIBA**

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CURITIBA - PROJUDI

Rua Padre Anchieta, 1287 - 2º andar - Champagnat - Curitiba/PR - CEP: 80.730-000 -

Fone: (41) 3561-7956

Processo: 0001215-47.2001.8.16.0004

Classe Processual: Execução Contra a Fazenda Pública

Assunto Principal: Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Valor da Causa: R\$5.000,00

Exequirente(s): ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

Executado(s): ESTADO DO PARANÁ

FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO EXPLICATIVA

CERTIFICO, para os devidos fins que tramitam nesta secretária, no sistema de processo eletrônico (PROJUDI) o PROCEDIMENTO ORDINÁRIO com PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (atualmente em fase de Execução contra a Fazenda) sob nº 0001215-47.2001.8.16.0004 (nº de distribuição 635 de 06/04/2001) e número físico antigo 308/2001, ajuizada por ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO em face de ESTADO DO PARANÁ, cujo valor dado à causa em petição inicial foi de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

CERTIFICO AINDA que:

I – Conforme pedido constante da inicial (fls. 20 dos autos físicos – mov. 1.4 dos autos virtuais) buscou a parte autora com a presente medida a declaração judicial de inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuadas pela Autora, seja no mercado interno ou externo, destinados a composição de seu ativo fixo (patrimônio).

II – Em sede de antecipação de tutela o pedido não foi deferido, no entanto foi proferida sentença de procedência, cuja a parte dispositiva segue transcrita (04/04/2002 fls. 166/171 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais):

“...

Isto posto, julgo procedente o pedido, declarando a inexistência de relação jurídico-tributária que respalde a cobrança de ICMS incidente nas aquisições de bens efetuadas pela autora, no mercado interno e externo, dedicados à composição de seu ativo fixo (patrimônio).

Condeno o Estado requerido ao pagamento de das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios os quais arbitro em R\$800,00...”

VI – Em sede de Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0130324-6 (10/12/2002 fls. 358/367 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais), houve modificação parcial da sentença, apenas no tocante ao valor dos honorários advocatícios, conforme ementa a seguir:

“ICMS IMUNIDADE TRIBUTÁRIA ASSISTÊNCIA SOCIAL. ENTIDADE DE Na forma do art.

150, inc. VI, alínea c, da CF/88, está imune ao ICMS a entidade de assistência social.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONDENATÓRIA. SENTENÇA NÃO CONDENATÓRIA.

Não se tratando de sentença condenatória, a fixação dos honorários advocatícios deve obedecer ao § 4º do art. 20 do CPC. Neste caso, é imperioso seja observada a natureza da demanda, considerando-se sobretudo o aspecto de tratar-se de matéria complexa ou, de outro lado, de tema que tenha sido objeto de copioso volume de julgados, bem como o fato de a demanda não ter necessitado de produção de provas periciais ou da realização da audiência de instrução, o que determinará a fixação da verba advocatícia em patamar nem excessivo, nem diminuto, muito menos aviltante.

... De conseguinte, é provido o apelo da Autora para o fim de ser estatuída na quantia de (fls. 367 dos autos físicos, R\$.2.000,00 (dois mil reais) os honorários advocatícios.” mov. 1.7 dos autos virtuais.”

VII – Ao Recurso Extraordinário interposto pelo Estado do Paraná, foi negado seguimento 130.324-6/01 (1º/12/2003 fls. 404 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Contra essa decisão foi interposto Agravo de Instrumento ao Supremo Tribunal Federal (certidões de fls. 408/411 dos autos físicos, mov. 1.7 dos autos virtuais). Não consta dos autos virtuais a decisão do Agravo de Instrumento, no entanto em consulta ao site do STF identifiquei o recurso autuado sob o nº AI 504650, ao qual foi negado seguimento, cuja certidão transitou em julgado em 2004, conforme tela de consulta anexa;

VIII – O feito atualmente está em fase final de cumprimento de sentença (Execução contra a Fazenda Pública), tendo sido pagos os valores devidos pelo Estado do Paraná e inclusive levantados os valores pela parte exequirente (mov. 1.92/1.93). Quanto aos valores devidos aos Procuradores do Estado do Paraná a título de honorários (decorrentes da sentença dos embargos à execução – mov. 1.24), estes também já foram levantados, conforme petição e documentos de mov. Seq. 31.

IX – Em complemento à certidão de mov. Seq. 37.1, informo que nesta data o ESTADO DO PARANÁ foi intimado para manifestar-se ante o cálculo de custas remanescentes.

ERA SOMENTE O QUE ME FOI PEDIDO PARA CERTIFICAR. DOU FÉ.

Curitiba, 27 de novembro de 2015.

Léa Cristina de Carvalho Sutil

Técnica Judiciária

